



Reforma tributária para que o Brasil tenha justiça social

Manter a reforma tributária na pauta em 2024 é fundamental para que, enfim, conquiste justiça social para a população, especialmente para as mais carentes, e tirar o Brasil da posição de país mais desigual do mundo. É bom lembrar que falta regulamentar a reforma que simplificou os impostos sobre o consumo, aprovada no fim de 2023, além da segunda parte, a que trata da tributação sobre a renda.

Mas, os super-ricos, mais beneficiados com a situação atual, querem que a maioria da população não conheça o tema, com o objetivo de preservar os privilégios. Enquanto isso, os pobres pagam, proporcionalmente, mais impostos do que os ricos. Estudo da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda comprova.



Trabalhadores com renda média mensal de R\$ 4 mil e os que ganham R\$ 4,1 milhões ao mês, que reúne a fatia 0,01% mais rica, pagam praticamente a mesma alíquota de Imposto de Renda. Inaceitável. Por conta disso, a mobilização dos movimentos sociais que lutam por justiça tributária cobra que quem ganha mais, deve contribuir proporcionalmente com mais tributos.

Neste ano tem concurso público na Caixa

Após anos sem investimento em pessoas, processos e tecnologia, a Caixa vai realizar novo concurso público neste ano para conseguir dar conta das políticas públicas. No total, serão quatro mil vagas para nível médio, incluindo cadastro de reserva.

Segundo informações da estatal, do total de vagas, metade será destinada à área de tecnologia da informação e a remuneração inicial é de R\$ 3.762,00. Também está previsto concurso para nível superior, com 50 vagas para médicos do trabalho e engenheiros de segurança de trabalho. O salário deve ser de até R\$ 14.915,00.

A realização do concurso é extremamente importante para a população e para os empregados que sofrem com o déficit do quadro de pessoal. Mas, o número ainda será pouco eficiente, já que a Caixa também vai abrir um novo PDV (Programa de Demissão Voluntária), que pode contar com mais de três mil adesões.

O acúmulo de capital é o motor da desigualdade

Os cinco bilionários mais ricos do mundo viram as fortunas crescerem 114% em apenas 3 anos (2020/2023), enquanto, aproximadamente, 5 bilhões de pessoas, 60% da população global, passaram a viver com dificuldades por conta da queda nos rendimentos (de 2,26% para 2,23%). Os dados são do relatório "Desigualdade S.A.", da Oxfam.

No Brasil não foi diferente, com a política ultraliberal imposta pelo governo anterior, quatro dos cinco mais ricos elevaram as suas fortunas em 51% durante os seus quatro anos de governo. Em contrapartida, 129 milhões de brasileiros caíram na pobreza e 33 milhões tiveram de conviver com a fome, enfrentando fila em caminhão de ossos ou revirando o lixo na busca de alimentos para sobreviver.

Para reduzir a discrepância e promover uma redistribuição mais equitativa, é fundamental fazer uma reforma tributária completa, mexendo no topo da pirâmide social com a taxação das grandes fortunas.

Nesta quinta-feira tem reunião com a Caixa

Nesta quinta-feira (18/01), acontece a primeira negociação do ano entre a CEE (Comissão Executiva dos Empregados) e Caixa para tratar sobre os critérios para as Rodas de Diálogos e outros pontos. O banco deve esclarecer detalhes sobre horas extras, capacitação/qualificação dos funcionários que dirigem as rodas e retorno efetivo da Universidade Caixa. A CEE também deve fazer outras reivindicações como teletrabalho, processos seletivos internos transparentes, jornada reduzida para os pais de filhos PCDs (Pessoas com Deficiência).

Primeira reunião do ano com o Itaú será dia 24

Para tratar de temas que interferem no dia a dia dos funcionários, a COE (Comissão de Organização dos Empregados) do Itaú se reúne com a direção do banco no dia 24 deste mês. Entre os assuntos estão o GERA, SQV (Score de Qualidade de Vendas), Cláusula 87 da CCT (Convenção Coletiva de Trabalho), fechamento de agências, adoecimento bancário, assédio e programa de retorno.

Líder na promoção dos direitos da mulher

Com o objetivo de fortalecer o debate de gênero e elevar boas práticas e políticas públicas para os direitos das mulheres e das meninas, o Brasil assume a presidência do grupo de trabalho sobre o tema no G20. O GT, formado por Brasil, Argentina, França, Japão e outras 15 nações, vai tratar de pautas prioritárias para o público feminino como o combate à misoginia, luta contra a violência direcionada às mulheres, a justiça climática e a promoção de igualdade de gênero. Com o Ministério das Mulheres do Brasil no comando, a expectativa é de que sejam impulsionados por ações efetivas e inovadoras. O encontro do GT será 17 e 18 janeiro.